

Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

Segundo Conscih	o de Contribuintes
	rio Oficial da União
De 15./	06 12004
000	
<u> </u>	عهد

2º CC-MF Fl.

Processo nº : 10380.006326/96-47

Recurso nº : 110.317 Acórdão nº : 201-75.570

Recorrente : INDÚSTRIAS REUNIDAS RENDA S/A

Recorrida : DRJ em Recife - PE

IPI. BENEFÍCIO DO ART. 1º DO DECRETO № 541/92.

Não tendo ocorrido as saídas no período a que se referem os Atos Declaratórios não pode a empresa gozar do benefício.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por INDÚSTRIAS REUNIDAS RENDA S/A.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2001.

Jorge Freire

Presidente

Serafim Fernandes Corrêa

Relator-Designado

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Luiza Helena Galante de Moraes, Rogério Gustavo Dreyer, Gilberto Cassuli, José Roberto Vieira, Roberto Velloso (Suplente) e Sérgio Gomes Velloso.



Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF Fl.

Processo nº : 10380.006326/96-47

Recurso nº : 110.317 Acórdão nº : 201-75.570

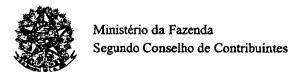
Recorrente : INDÚSTRIAS REUNIDAS RENDA S/A

RELATÓRIO

Adoto como relatório o de fls. 50/51 do julgamento de 1ª Instância, com as homenagens de praxe à DRJ em Recife - PE, e acresço mais o seguinte:

- o lançamento foi mantido integralmente;
- em seguida, mediante depósito, a contribuinte recorreu a este Conselho reiterando basicamente os argumentos apresentados na impugnação; e
- o recurso foi julgado por esta Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes na sessão de 13 de novembro de 2001, tendo sido Relator o então Conselheiro José Roberto Vieira. No entanto, em razão da não formalização do acórdão pelo referido Conselheiro, que não mais integra o quadro de Conselheiros desta Câmara, o processo foi-me encaminhado para a devida formalização do acórdão, conforme despacho de fl. 70.

É o relatório



2º CC-MF Fl.

Processo nº : 10380.006326/96-47

Recurso nº : 110.317 Acórdão nº : 201-75.570

VOTO DO CONSELHEIRO-DESIGNADO SERAFIM FERNANDES CORRÊA

O recurso é tempestivo e dele tomo conhecimento.

A empresa foi autuada por ter vendido com suspensão de IPI latas de flandres para Irmãos Fontenele S/A – Com. Ind. e Agricultura com base no art. 1º do Decreto nº 541/92, sem que para isso tivesse autorização através de Ato Declaratório, conforme exige a legislação.

Alega em sua defesa que a compradora também foi autuada e que o imposto que deixou de ser pago por ela está sendo pago em parcelas pela adquirente.

Como se vê, a recorrente não contesta a acusação. Alega, apenas, que a adquirente já está efetuando o pagamento.

São lançamentos diferentes, não havendo comunicação entre ambas, razão pela qual nego provimento ao recurso.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 13 de povembro de 2001.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA